



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal,, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que prestem depoimento os senhores **MARCOS JOSE LINS MOURA SANTOS, ALBERTO GONZAGA DE LIMA, EDMILSON MIGUEL ARCANJO DIAS DE ANDRADE** e as senhoras **MARCELA LINS MOURA DE FIGUEIREDO e VALDIRA PRADO SANTANA SANTOS**, na qualidade de **DIRIGENTES E SÓCIOS DA AAPPS UNIVERSO**, na condição de **INVESTIGADOS**, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação da cúpula diretiva da UNIVERSO ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS (AAPPS UNIVERSO) é medida inadiável e de caráter mandatório para a elucidação do objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em ação judicial robusta, apontam que a entidade, sob a gestão dos ora convocados, protagonizou um esquema predatório que resultou em um impacto financeiro estimado em **R\$ 255.657.455,43**, drenados ilicitamente de aposentados



e pensionistas entre julho de 2022 e março de 2025. A gravidade da situação é sublinhada pela deflagração da "Operação Sem Desconto", que investiga uma organização criminosa dedicada à prática de estelionato, falsidade ideológica e corrupção, e pelo subsequente pedido de bloqueio de bens e quebra de sigilos bancário e fiscal contra os dirigentes. É imperativo que os responsáveis por essa maquinaria de fraude expliquem a esta CPMI a origem e o destino de um quarto de bilhão de reais subtraídos da população mais vulnerável.

A estrutura da AAPPS UNIVERSO, conforme desvelado por auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), exhibe todas as características de uma entidade de fachada, deliberadamente arquitetada para fins ilícitos. A investigação oficial relata que a associação, sediada em Aracaju, possuía uma estrutura física e de pessoal irrisória, com aparência de não estar em pleno funcionamento, sendo manifestamente incapaz de atender aos seus **250.010 associados** espalhados por **4.219 municípios** do país. Tal descompasso colossal entre a capacidade operacional declarada e a realidade fática não configura mera ineficiência administrativa, mas sim um indício contundente de fraude sistêmica. A acusação formal de "pagamento de vantagem indevida a agente público", sustentada pela AGU, agrava o cenário e insere a atuação dos convocados no epicentro de um possível esquema de corrupção que penetrou e corrompeu mecanismos de controle do próprio INSS, matéria de central interesse desta investigação parlamentar.

É fundamental reiterar que os senhores Marcos Jose Lins Moura Santos, Alberto Gonzaga de Lima, Edmilson Miguel Arcanjo Dias de Andrade e as senhoras Marcela Lins Moura de Figueiredo e Valdira Prado Santana Santos não são figuras tangenciais, mas sim os atores centrais que, segundo os órgãos de controle do Estado, tiveram "papel decisivo nos atos ilícitos apurados". A Ação Cautelar movida pela Advocacia Pública Federal não deixa dúvidas sobre a sua implicação direta, tratando-os como os cérebros e operadores do esquema. Portanto, seus depoimentos são peças-chave insubstituíveis para desmontar a cadeia de comando, rastrear o fluxo dos recursos desviados e expor as falhas e



